

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2022.

Ofício JG nº.: 49/2022

À Sra. Julissa Mantilla - Presidenta da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Relatora para o Brasil

Via e-mail: jmantilla@oas.org.br e pcolchero@oas.org

Ao. Sr. Comissionado Joel Hernandez Garcia - Relator para Defensoras e Defensores de Direitos Humanos e operadores de Justiça

Via e-mail: cidhdefensores@oas.org

Sra. Esmeralda Arosemena de Troitiño - Relatora sobre os Direitos dos Povos Indígenas

Via e-mail: cidhdenuncias@oas.org

Sra. Tania Reneaum Panszi - Secretária Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Via e-mail: treneaum@oas.org

REF: Mortes de indígenas no Brasil em 2022 – Levantamento de Janeiro a setembro.

A **JUSTIÇA GLOBAL**, o **Conselho Indigenista Missionário (CIMI)** e o **Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos** vêm, por meio deste informe, apresentar a situação de graves violências e violações dos direitos humanos dos povos indígenas no Brasil no período de janeiro a setembro de 2022. Como forma de acompanhar e documentar, apresentamos nesse informe dados de indígenas assassinados

nesse período em 2022. Esse levantamento preliminar reporta 17 assassinatos de indígenas em 2022 no contexto de conflitos territoriais, e identifica que o mês de setembro foi o mais violento, com seis assassinatos.

Contexto das violências e violações de direitos humanos contra povos indígenas no Brasil

A situação de violência e violações contra os povos indígenas tem sido uma constante nos anos do atual governo. A atual gestão é marcada por um período de aprofundamento dos ataques aos povos indígenas e violações dos seus direitos por parte do Estado e por parte de atores privados legais e ilegais que atuam nos territórios. No primeiro dia do governo, o presidente da República editou a Medida Provisória 870/2019¹, determinando a transferência da Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Justiça (MJ) para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, mas as funções principais de proceder os estudos de identificação e delimitação de terras, promover a fiscalização e proteção das áreas demarcadas, bem como aquelas onde habitam povos que ainda não estabeleceram contato com a sociedade nacional, foram transferidas para o Ministério da Agricultura, que é responsável pelo agronegócio e sua expansão e que tem especial interesse nas terras indígenas já demarcadas e nas que estão por serem demarcadas. Esse foi o primeiro ataque institucional do atual governo aos direitos dos povos indígenas, que foi vetado pelo Congresso Nacional após mobilização dos povos indígenas em todo o país.

O governo Bolsonaro manteve as diretrizes que tem deixado paralisadas as demarcações de terras indígenas e se omite completamente em relação à proteção das

¹ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2019/medidaprovisoria-870-1-janeiro-2019-787588-norma-pe.html>

terras já demarcadas. Esse cenário de inação e fortalecimento do discurso de ódio tem se refletido em um aumento significativo de violência contra os povos indígenas².

O cenário agravou-se no primeiro semestre de 2020, com o avanço da transmissão da Covid-19 nos territórios indígenas. Dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) afirmam que 1324 indígenas morreram e 162 povos indígenas foram afetados pela Covid-19 no Brasil de 2020 até os dias atuais.

Segundo os dados do relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2021, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), “a consequência dessa postura foi o aumento, pelo sexto ano consecutivo, dos casos de ‘invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio’. Em 2021, o Cimi registrou a ocorrência de 305 casos do tipo, que atingiram pelo menos 226 Terras Indígenas (TIs) em 22 estados do país. [...] No ano anterior, 263 casos de invasão haviam afetado 201 terras em 19 estados. A quantidade de casos em 2021 é quase três vezes maior do que a registrada em 2018, quando foram contabilizados 109 casos do tipo”³.

A violência e as violações contra povos indígenas se dão contra os seus territórios, mas também se dão diretamente contra a vida das comunidades como um todo e mais diretamente afeta a vida de lideranças que estão sendo ameaçadas, atacadas e assassinadas com frequência no país. Ainda segundo os dados do relatório do Cimi, vivemos um momento estarrecedor de violência contra as pessoas indígenas: abuso de poder (33); ameaça de morte (19); ameaças várias (39); assassinatos (176); homicídio culposo (20); lesões corporais dolosas (21); racismo e discriminação étnico cultural (21); tentativa de

2 <https://www.dw.com/pt-br/aumentam-invas%C3%B5es-de-terras-e-crueldade-contra-ind%C3%ADgenas-no-brasil/a-62831349>

3 <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf>

assassinato (12); e violência sexual (14). Os dados totalizam 355 casos de violências contra pessoas indígenas em 2021, sendo o maior número registrado desde 2013. Os estados que registram os maiores números de assassinatos foram Amazonas, Mato Grosso do Sul e Roraima⁴.

Assassinato de indígenas no Brasil em 2022

Os assassinatos contra indígenas no Brasil em 2022 seguem como uma constante. De janeiro até o dia da elaboração deste informe, a Justiça Global registrou 17 assassinatos de indígenas no país no contexto de conflitos que afetam os direitos territoriais dos povos indígenas. Neste ano, dos três estados mais violentos no ano de 2021, dois ainda estão entre os que mais têm números de assassinatos: **Mato Grosso do Sul, com seis, e Roraima, com quatro.** O estado do **Maranhão aparece logo em seguida com três, e o da Bahia, com dois.** Outros dois estados aparecem na lista com um assassinato cada um: Mato Grosso e Pernambuco.

Esses assassinatos têm atingido territórios e povos indígenas que já estão inseridos em conflitos históricos que vêm se arrastando e aumentando nos últimos anos. No Mato Grosso do Sul, os cinco assassinatos vitimaram indígenas Guarani-Kaiowá que viviam em retomadas, lutando pela demarcação de seus territórios ancestrais usurpados por grandes proprietários de terras ligados ao agronegócio.

Em Roraima, o conflito se dá na Terra Indígena (TI) Yanomami, onde os indígenas vêm lutando contra a invasão de seu território por garimpeiros, madeireiros e pescadores ilegais. E no Maranhão, os conflitos se dão na TI Arariboia, contra os indígenas Guajajara, que têm atuado na proteção territorial contra a invasão de pessoas estranhas em suas

⁴ Idem.

terras. Na Bahia, os indígenas assassinados são do povo Pataxó; em Mato Grosso, o indígena assassinado é do povo Kanela; e em Pernambuco, é Atikum.

O mês de setembro foi o mais violento de 2022 até aqui. Nesse mês, em dez dias, entre 3 e 13 de setembro, registramos seis assassinatos e um suicídio, que vitimaram indígenas dos povos Guajajara, Guarani Kaiowá e Pataxó. Somente no dia 3 de setembro, três indígenas foram vítimas dessa violência.

Casos

1. Povos Guarani e Kaiowá

Os povos indígenas Guarani Nhandeva e Guarani Kaiowá do estado de Mato Grosso do Sul têm estado entre os povos mais afetados pela violência e pelas violações dos seus direitos. Só em 2022, registramos cinco assassinatos e um suicídio.

O Massacre de Guapoy⁵, no dia 24 de junho de 2022, é um exemplo da intensificação da violência contra os Guarani e Kaiowá. Nesse dia foi realizada uma ação policial sem ordem judicial e de forma muito violenta para realizar o despejo da comunidade Guapoy. A operação policial vitimou fatalmente o indígena Vitor Fernandes⁶, uma das lideranças dessa retomada. Além da morte, ao menos nove pessoas ficaram feridas por disparos de armas de fogo e balas de borracha, incluindo mulheres e adolescentes. A operação policial se deu no contexto das retomadas, pelos indígenas, de seus territórios tradicionais, hoje ocupados por fazendas.

5 <https://cimi.org.br/2022/06/nota-cimi-assassinato-guarani-kaiowa-guapoy/>

6 <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/06/27/corpo-de-indigena-morto-em-confronto-entre-a-policia-e-enterrado-em-area-de-conflito-apos-acordo.ghtml>

A tentativa de retomada do Tekoha Guapoy Mirim Tujury começou na noite de quinta-feira (23 de junho), com cerca de 30 indígenas. Na madrugada de sexta (24), a tropa de choque da Polícia Militar do Município de Amambai, composta por cerca de 100 homens, chegou para expulsar os Guarani Kaiowá do território, a mando dos fazendeiros locais⁷. Um helicóptero também foi utilizado na ação.

Dias depois do massacre, em 14 de julho, outra liderança da retomada Guapoy e que estava no território no dia do massacre, foi assassinada. Marcio Moreira⁸ sofreu uma emboscada com outros três indígenas Guarani Kaiowá, que foram surpreendidos por dois homens numa moto, munidos de arma de fogo. Eles chegaram no local com intimidações e agressões verbais contra os indígenas e logo depois atiraram contra Márcio e outras duas vítimas, que sobreviveram.

No dia 13 de setembro, outra liderança dessa mesma retomada foi assassinada na cidade de Amambai (MS). Morador da Reserva de Amambai, Vitorino Sanches⁹ era um dos indígenas atacados na emboscada que resultou no assassinato de Marcio Moreira. A Aty Guasu – Grande Assembleia dos povos Guarani e Kaiowá, organização indígena local – tem afirmado que esses assassinatos se inserem no mesmo contexto da disputa entre indígenas e fazendeiros que ocupam as terras de ocupação tradicional dos Kaiowá e Guarani.

7 <https://cimi.org.br/2022/06/nosso-sangue-clama-por-justica-aty-guasu-publica-carta-sobre-acao-da-pm-e-do-estado-do-mato-grosso-do-sul-contr-o-tekoha-guapoy/>

8 <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/15/em-emboscada-mais-um-indigena-guarani-kaiowa-e-assassinado-em-amambai-ms>

9 <https://cimi.org.br/2022/09/apos-o-massacre-de-guapoy-vitorino-sanches-sofre-emboscada-e-e-assassinado-em-amambai-ms/>

O primeiro assassinato registrado nessa região em 2022, no contexto dos conflitos territoriais, foi o de Alex Recarte Vasques Lopes, no dia 21 de maio, no município de Coronel Sapucaia (MS). Segundo o relato de lideranças da comunidade, Alex teria deixado a Reserva Indígena Taquaperi, onde morava, junto com dois outros jovens Guarani Kaiowá, para buscar lenha numa área do entorno da terra indígena. Lá, teria sido assassinado, e seu corpo teria sido levado para o Paraguai na fronteira com o Brasil, que fica a menos de dez quilômetros dos limites da reserva indígena¹⁰.

Essa é uma região com um longo histórico de violência contra lideranças Guarani e Kaiowá. Em apenas dois anos, foram assassinadas três importantes lideranças do Tekoha Kurusu Amba, também localizado no município: a rezadora Xurite Lopes, em 2007, e as lideranças Ortiz Lopes, também em 2007, e Oswaldo Lopes, em 2009 – crimes até hoje impunes. O caso de Alex Lopes guarda semelhanças, também, com o caso de Denilson Barbosa, outro jovem Guarani Kaiowá assassinado por um fazendeiro, em 2013, quando pescava com amigos numa propriedade vizinha ao Tekoha Pindo Roky, incluído no perímetro da TI Dourados-Amambaiegua I – terra indígena identificada e delimitada em 2016 pela Funai e com a demarcação paralisada desde então.

Os outros dois casos são do mês de setembro, Ariane Oliveira Canteiro de 13 anos e Cleiton Isnard Daniel de 15 anos, ambos moradores da Reserva Indígena de Dourados (MS). Ariane desapareceu no dia 3 de setembro e seu corpo foi encontrado no dia 11, numa outra localidade perto da reserva. Ela é neta do Nhanderu (rezador) Getúlio Oliveira, membro da Aty Guasu – a Grande Assembleia Guarani e Kaiowá – e alvo de ameaças há pelo menos um ano. No mesmo dia em que o corpo de Ariane foi encontrado, o jovem Kaiowá, Cleiton, foi encontrado por familiares e teria cometido suicídio. Ambos

¹⁰ <https://cimi.org.br/2022/05/jovem-guarani-kaiowa-assassinado-retomada/>

foram sepultados no mesmo dia na aldeia Jaguapiru¹¹. Trazemos aqui a informação sobre o suicídio, pois o Mato Grosso do Sul é um dos estados com maior índice de suicídios entre indígenas, que têm vitimado de forma especialmente cruel jovens Guarani e Kaiowá.

O contexto de falta de perspectivas e vulnerabilidade social vivenciado pelos indígenas no contexto das pequenas reservas, onde muitas pessoas vivem em pequenos espaços de terra, é considerado um fator que contribui para esta realidade. A Reserva Indígena de Dourados, onde cerca de 20 mil indígenas vivem em apenas 3,4 mil hectares, é um exemplo desta realidade. Em 2021, foram 148 suicídios de indígenas no Brasil – 35 deles no MS¹².

2. Povo Indígena Yanomami

A TI Yanomani é a maior terra indígena demarcada do país, e convive com violências e violações contínuas dos direitos dos povos indígenas em seu território. Nos últimos anos, têm se intensificado ações de garimpo ilegal em suas terras, espalhando violência, doenças e destruição ambiental. O garimpo ilegal avançou 46% nessa região no ano de 2021 e é a maior devastação da história desde a demarcação do território¹³. Em 2021, a degradação chegou à marca de 3.272 hectares, frente aos 2.234 hectares de 2020 – mais de mil hectares a mais em um ano.

11 <https://cimi.org.br/2022/09/cimi-mato-grosso-do-sul-lamenta-a-morte-de-dois-jovens-guarani-kaiowa-e-cobra-fim-da-violencia/>

12 <https://cimi.org.br/2022/09/indigenas-semana-luta-mobilizacao-violencia/>

13 <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/04/25/terra-yanomami-numeros-mostram-maior-devastacao-causada-pelo-garimpo-em-30-anos.ghtml>

A presença constante de garimpeiros ilegais no território tem criado um clima de ameaças e ataques contra os Yanomami, que levou a quatro assassinatos no ano de 2022. As constantes denúncias de lideranças locais relatam restrições do seu livre trânsito na terra indígena, o que afeta diretamente a reprodução do seu modo de vida tradicional, pois ficam impedidos de usufruir da caça, pesca, agricultura e da comunicação terrestre e aquática no seu território.

No dia 11 de abril de 2022, dois indígenas Yanomami morreram em um conflito entre comunidades que vivem dentro da área demarcada. Segundo o Conselho de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kwana (Condisi-Y), a violência foi estimulada pela presença de garimpeiros ilegais. Lideranças locais afirmam que os garimpeiros ilegais teriam incentivado o conflito, entregando armas para indígenas favoráveis à exploração de minério no território¹⁴.

No dia 25 de abril de 2022, lideranças locais do povo Yanomami denunciaram a morte de uma menina indígena Yanomami de 12 anos na região do Waikás, após ter sido estuprada e violentada por garimpeiros que se encontravam ilegalmente na região. O crime, ainda não suficientemente apurado, revelou a existência de uma situação sistemática de assédio, violência sexual e assassinatos envolvendo mulheres e adolescentes indígenas por parte de garimpeiros¹⁵.

O último e mais recente assassinato na TI Yanomami aconteceu no dia 2 de outubro de 2022, quando um líder indígena do grupo Xirixana, identificado apenas como

14 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/04/12/dois-indigenas-yanomami-morrem-em-conflito-entre-comunidades-que-vivem-dentro-da-area-demarcada.ghtml>

15 <https://sumauma.com/por-que-os-garimpeiros-comem-as-vaginas-das-mulheres-yanomami/>

Cleomar¹⁶, morreu após um ataque a tiros de garimpeiros na TI Yanomami. Na mesma ocasião, um adolescente de 15 anos ficou ferido, atingido por um disparo de arma de fogo.

Ainda em setembro de 2022, a Hutukara Associação Yanomami (HAY) denunciou a morte de nove crianças Yanomami, vítimas de doenças facilmente tratáveis como diarreia, verminose e síndromes respiratórias¹⁷. Estas mortes revelam a persistência do abandono e desassistência por parte do Estado brasileiro no atendimento à saúde do povo Yanomami, como ficou evidenciado nos últimos anos. O desmonte da saúde indígena, a presença do garimpo ilegal e a inação do governo configuram um quadro de severa violência contra a vida dos povos Yanomami e Ye'Kwana, moradores da TI Yanomami.

3. Povo Guajajara

Outro povo afetado pela violência é o Guajajara, no estado do Maranhão. Somando-se os três casos de 2022 aos dados compilados pelo Cimi e reunidos na plataforma Caci, 53 indígenas do povo Guajajara foram assassinados no Maranhão entre 2003 e 2022 – pelo menos 24 deles na TI Arariboia, local dos três homicídios registrados neste ano. Mais uma vez demonstrando que a violência é constante e que o estado na sua ação e omissão não consegue proteger os povos indígenas do Brasil¹⁸.

No ano de 2022, registramos três assassinatos contra o povo Guajajara e na mesma TI Araribóia. Todos no mês de setembro e dois deles no dia 3 de setembro. O primeiro,

16 <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/10/05/lider-indigena-morre-e-adolescente-fica-ferido-apos-ataque-a-tiros-de-garimpeiros-na-ti-yanomami.ghtml>

17 <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/30/nove-criancas-yanomami-morrem-por-falta-de-atendimento-em-dois-meses-diz-associacao>

18 <http://caci.cimi.org.br>

Janildo Oliveira Guajajara, foi executado com diversos tiros nas costas, na cidade de Amarante do Maranhão. Janildo integrava o grupo dos Guardiões da Floresta da TI Arariboia, criado pelos indígenas para realizar o monitoramento do território contra as constantes invasões de madeireiros, grileiros e caçadores. Na mesma ocasião outro indígena Guajajara foi baleado e encaminhado para uma Unidade de Saúde da região. Janildo é o 6º guardião assassinado desde o início das atividades do grupo¹⁹.

O segundo Guajajara morto nesse dia foi Jael Carlos Miranda Guajajara, de 34 anos. Os indígenas da aldeia Jacaré, na TI Arariboia, encontraram Jael já sem vida às margens da rodovia MA-006, que corta o território, próximo a um povoado também denominado “Jacaré”. A comunidade Guajajara afirma que o corpo possuía marcas de espancamento e possivelmente foi morto a pauladas²⁰.

O último indígena Guajajara assassinado até o fechamento desse informe é Antônio Cafeteiro Silva Guajajara, que foi assassinado com seis tiros no dia 11 de setembro no município de Arame, vítima de uma emboscada. Ele morava na aldeia Lagoa Vermelha, dentro da TI Arariboia, e foi assassinado na estrada que leva ao povoado Jiboia, próximo ao limite da terra indígena²¹.

4. Povo Pataxó

No extremo sul da Bahia, o povo Pataxó tem sofrido com diversos ataques armados contra suas comunidades. A violência contra os indígenas intensificou-se ainda

19 <https://cimi.org.br/2022/09/dois-indigenas-guajajara-foram-mortos-e-outro-foi-baleado-na-ti-arariboia-no-maranhao/>

20 Idem.

21 <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2022/09/15/policia-confirma-que-indigena-guajajara-morto-a-tiros-no-ma-foi-vitima-de-emboscada.ghtml>

mais no segundo semestre, depois que os indígenas, preocupado com a devastação ambiental de terras indígenas já reconhecidas como suas pelo Estado, mas cuja demarcação encontra-se paralisada, acirrando os conflitos fundiários na região.

Na madrugada do dia 14 de março, o jovem indígena Vitor Braz, conhecido como Vitor Pataxó, foi assassinado a tiros em Porto Seguro (BA), após reclamar do barulho causado por uma festa clandestina na praia da Ponta Grande²². A festa ocorria em local próximo à aldeia Novos Guerreiros, numa área que é reivindicada pelo povo Pataxó como parte da TI Ponta Grande, que aguarda sua identificação e delimitação pela Funai.

Vitor tinha 22 anos e um filho de um mês e meio, e era uma das lideranças da aldeia. Seu assassinato – e o fato de que a festa clandestina ocorria numa área cuja ocupação tradicional é reivindicada pelos Pataxó – está diretamente relacionado com o contexto de conflitos territoriais e morosidade na demarcação de terras na região. Em 2020, a retomada Novos Guerreiros chegou a ser ameaçada de despejo, mas a determinação foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal²³.

No dia 4 de setembro, Gustavo Conceição da Silva, indígena Pataxó de apenas 14 anos, foi assassinado na TI Comexatibá, após um intenso ataque de pistoleiros e de grupos que as lideranças caracterizam como “milícias” contra uma retomada no interior do território. Foram encontrados cartuchos deflagrados de espingardas e fuzis, além de bombas de gás lacrimogêneo²⁴.

22 <https://www.terra.com.br/nos/quem-era-vitor-pataxo-o-jovem-indigena-assassinado-ao-reclamar-de-festa-clandestina,6252006afc0a158da901ca3cb35430a9ncs66sfj.html>

23 <https://cimi.org.br/2020/09/apos-intensa-mobilizacao-despejo-contral-aldeia-pataxo-suspenso>

24 <https://cimi.org.br/2022/09/pataxo-14-anos-assassinado-comexatiba>

Em 9 de outubro, três policiais militares foram presos, suspeitos de participar no ataque à TI Comexatibá e no assassinato de Gustavo Pataxó²⁵, o que evidencia as denúncias que muitas organizações vêm realizando com relação à participação de membros das forças de segurança pública na violência contra os povos indígenas dentro de seus territórios.

Os ataques armados contra as comunidades das TIs Barra Velha do Monte Pascoal e Comexatibá têm sido recorrentes. Os Pataxó aguardam a conclusão dos processos demarcatórios de ambas as terras há anos. Sem espaço suficiente para sua sobrevivência física e cultural, e vendo o avanço de fazendeiros e empresários sobre seu território, os indígenas iniciaram um movimento de retomadas destas áreas.

As retomadas têm sido violentamente atacadas por grupos paramilitares articulados por fazendeiros, que chegaram a afirmar, num vídeo gravado durante um dos ataques, que iriam “fazer o que estão fazendo no Mato Grosso do Sul” – onde, naquela semana, o Guarani Kaiowá Vitor Fernandes havia sido assassinado em contexto semelhante²⁶.

A falta de resolução da questão territorial é a principal causa dos conflitos na região entre os indígenas e proprietários de terra que são contra a homologação das terras. Além disso, medidas do governo federal, como a Instrução Normativa 09/2020, que liberou a certificação de propriedades privadas sobre terras indígenas não homologadas, afetaram diretamente estes territórios, acentuando conflitos numa região já deflagrada²⁷.

25 <https://ponte.org/presos-3-policiais-suspeitos-de-matar-adolescente-indigena-na-bahia/>

26 <https://cimi.org.br/2022/06/povo-pataxo-retoma-territorios-tradicionais-no-extremo-sul-da-bahia/>

27 <https://cimi.org.br/2020/08/apos-normativa-funai-fazendeiros-certificam-58-propriedades-terras-indigenas-bahia/>

5. Povos Kanela do Araguaia e Atikum

Os outros dois assassinatos que registramos são dos povos Kanela do Araguaia, no estado de Mato Grosso, e Atikum, do estado de Pernambuco.

No dia 3 de fevereiro de 2022, Eliseu Santos Cardoso, do povo Kanela do Araguaia, foi encontrado morto no município de Confresa, no estado de Mato Grosso. De acordo com o boletim de ocorrência, o corpo de Eliseu estava com marcas de violência: diversas perfurações no pescoço e abdômen. A suspeita é de que tenham usado arma branca, provavelmente uma faca, para cometer o crime. Ainda não se sabe a motivação do crime, mas a região é marcada por conflitos de terra, mesmo Eliseu tendo uma boa relação com os responsáveis de uma fazenda perto da sua comunidade e para onde Eliseu tinha saído da sua aldeia ainda pela manhã²⁸.

No estado de Pernambuco, no dia 15 de junho de 2022, o indígena Edvaldo Manoel de Souza, morreu após ser interrogado ostensivamente e espancado por policiais militares do Grupo de Apoio Tático Itinerante (Gati) no quintal de sua casa em Carnaubeira da Penha. Assim que a notícia da morte se espalhou, a comunidade Atikum iniciou protestos pelo assassinato do indígena por policiais militares.

Edvaldo era um dos anciãos da aldeia e já vinha sendo perseguido pelos agentes da polícia, que o acusavam de possuir uma espingarda de cartucho de forma ilegal²⁹. Após as acusações ao indígena, os policiais o levaram para um cômodo no fundo do quintal de sua casa e o pressionaram para confessar a posse de uma espingarda. Edvaldo, que era hipertenso, passou mal durante a sessão de tortura e foi levado para a viatura policial para

28 <https://cimi.org.br/2022/02/eliseu-kanela-mais-uma-vida-indigena-tirada-de-forma-brutal/>

29 <https://ponte.org/anciao-indigena-morre-em-viatura-da-policia-militar-e-povo-atikum-protesta-no-sertao/>

ser encaminhado para uma unidade de saúde, mas não resistiu e faleceu antes de receber atendimento médico.

A ação policial está sendo investigada para a necessária responsabilização dos culpados. Mais uma vez, uma ação desastrada de policiais resulta na morte de um indígena, demonstrado todo o racismo estrutural que impera sobre as ações policiais, no campo e nas grandes cidades brasileiras.

Pedidos

Todos esses assassinatos denotam o alto grau de violência a que estão submetidos os povos indígenas do Brasil, seja por agente privados ou pela ação e omissão do Estado brasileiro, que ao ter conhecimento de toda essa situação nada faz para protegê-los. Pelo contrário, como dito em outros momentos, hoje, o Estado brasileiro é um dos principais agentes das ações de violência e violações contra povos indígenas no país.

Como parte das ações de incidências de diversas organizações indígenas e indigenistas que atuam em favor dos povos indígenas do Brasil, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), após emitir a Resolução 35/2020 de Medida Cautelar nº 563-20, em que solicitou ao Brasil a adoção das medidas necessárias para proteger os direitos à saúde, à vida e à integridade pessoal dos membros dos povos Yanomami e Ye'kwana, solicitou à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) uma intervenção de medidas provisórias para proteger os direitos à vida dos povos Yanomami, Ye'kwana e Munduruku devido à “situação de extrema gravidade e urgência de danos irreparáveis aos seus direitos no Brasil”, onde a Justiça Global é uma das

peticionárias³⁰. No relatório, a Comissão define a situação como de extrema gravidade e urgência de danos irreparáveis aos direitos dos povos indígenas no Brasil pela presença de terceiros não autorizados que exploram ilegalmente recursos naturais nos seus territórios, especialmente de madeira e minérios, e reconhece que as medidas implementadas pelo governo federal “são insuficientes”.

No sentido de fortalecer as denúncias e incidências em favor dos povos indígenas do Brasil, fazemos os seguintes pedidos:

- I. Que sejam investigadas e responsabilizadas todas as mortes contidas nesse informe, bem como todas as outras mortes de indígenas que não foram solucionadas até hoje;
- II. Que o Estado brasileiro envie informações detalhadas sobre as investigações que estão sendo conduzidas sobre os assassinatos dos indígenas contidos nesse informe;
- III. Que o Estado brasileiro faça um diagnóstico das mortes violentas contra indígenas, a fim de identificar as causas das violências e atuar diretamente nas causas estruturais que originam os conflitos;
- IV. Atuar para a imediata retirada de pessoas estranhas as comunidades indígenas de seus territórios, garimpeiros, madeireiros, fazendeiros, pescadores ilegais etc. Criando um Grupo de Trabalho interinstitucional para viabilizar essa iniciativa e que tenha garantida a dotação orçamentaria para a sua implementação;

30 <https://www.global.org.br/blog/cidh-solicita-corte-interamericana-medidas-provisorias-para-os-povos-indigenas-yanomami-yekwana-e-munduruku-no-brasil/>

- V. Que se adotem medidas necessárias, desde uma perspectiva culturalmente adequada, para garantir os direitos à vida, integridade pessoal e saúde desses povos;
- VI. Importância da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, O Relator Especial das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e o Alto comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas, possam realizar uma visita in loco ao Brasil para averiguar a situação de violências e violações que afetam os povos indígenas.

Atenciosamente,

Justiça Global
Sandra Carvalho e Antonio Neto

Conselho Indigenista Missionário
Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira

Comitê Brasileiro de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos.